

**Programas de Transferência de Renda como mecanismos de combate às desigualdades educacionais no período pós-pandemia na América Latina: Brasil e México em perspectiva comparada.**

## Sumário

Resumo Executivo .....	3
Antecedentes/diagnóstico .....	4
Análise .....	6
Conclusões e recomendações .....	15
Referências Bibliográficas .....	19

## Lista de gráficos

Gráfico 1: Pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, em milhões de pessoas na América Latina entre 2002 e 2019. ....	5
Gráfico 2: Coeficientes de Gini com e sem as transferências do PBF no Brasil (2001-2017).....	9
Gráfico 3: Número de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em milhões (2004-2019). ....	10
Gráfico 4: Número de pessoas beneficiadas pelo programa Oportunidades (2003 – 2012) e Prospera (2013 – 2018) em milhões. ....	13
Gráfico 5: Porcentagem de jovens matriculados em comparação com escolas impactadas pelo programa. ....	14
Gráfico 6: Países selecionados: taxas de pobreza segundo a condição racial, 2014 e 2018. ....	16

## **1. Resumo Executivo**

O acesso à educação é um importante motor para o desenvolvimento econômico de um país/região. Durante a pandemia do Covid-19, países latino-americanos vêm acumulando aumento nas taxas de abandono escolar e de pobreza. Estes são fatores preocupantes, já que diversas pesquisas apontam que o abandono escolar está relacionado com maiores chances de desemprego, de envolvimento com crimes, gravidez na adolescência e menores salários, indicadores que representam sérios entraves ao desenvolvimento econômico e do capital humano. Para lidar com as profundas crises econômicas da década de 1980, diversos países da América Latina implementaram Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs) e apresentaram resultados positivos no índice de escolaridade dos estratos mais pobres da população e na diminuição da pobreza e extrema pobreza. O presente ensaio explora os PCTRs que foram aplicados no Brasil e no México e apresenta os resultados desses programas, suas possibilidades e limites que podem colocá-los como centrais para o combate ao abandono escolar, às distorções entre idade e série e à diminuição da pobreza, colaborando para a dinamização econômica da região e pavimentando caminhos para o desenvolvimento sustentável da América Latina no período pós-pandemia.

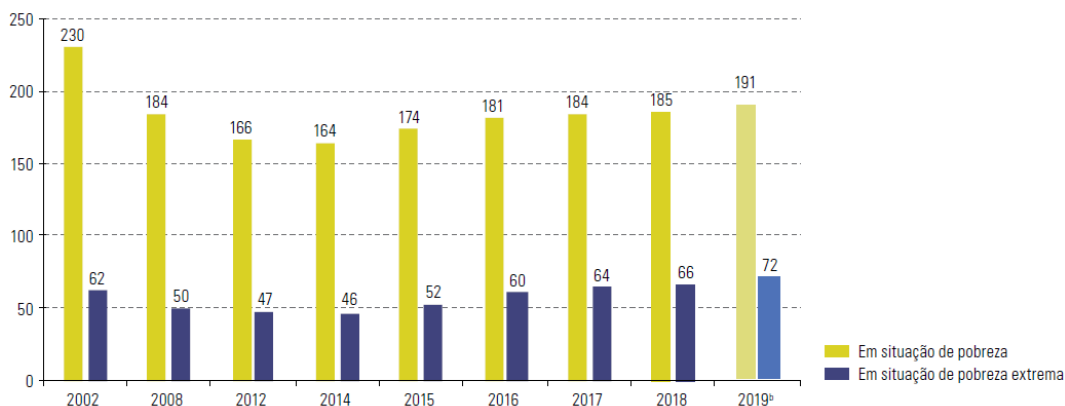
## 2. Antecedentes/diagnóstico

De acordo com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU, o combate às desigualdades sociais e a erradicação da pobreza são elementos fundamentais para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e com maiores níveis de bem-estar<sup>1</sup>. No período entre 2000 e 2014, a América Latina vinha registrando uma tendência de queda expressiva nos indicadores de pobreza, associada a uma ampliação dos estratos de renda média (CEPAL, 2019). Diversos pesquisadores apontam que os Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs) foram responsáveis por uma parcela importante dessa diminuição da pobreza, até mais do que a valorização do salário mínimo (BARROS, 2007). Entretanto, a partir de 2015 houve uma estagnação dessas transformações e crises econômicas expuseram fragilidades estruturais na ampliação dos estratos médios; baixo nível educacional, baixa qualidade de inserção no mercado de trabalho e baixa cobertura do sistema de previdência social (CEPAL, 2019). O gráfico abaixo expressa tal fenômeno. A partir de 2015, o número de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema começa a ter uma tendência de crescimento. Estas fragilidades estruturais na ascensão social de importantes parcelas da população na região estão no cerne dos protestos sociais que países latino-americanos vêm registrando nos últimos cinco anos, já que essas políticas não foram capazes de romper, sistematicamente, com o ciclo de desigualdades persistente da região e com o elevado índice de concentração de renda nos estratos superiores.

---

<sup>1</sup> Maiores informações sobre a Agenda 2030 podem ser encontradas no link a seguir: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 31/08/2020

Gráfico 1: Pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, em milhões de pessoas na América Latina entre 2002 e 2019.



Fonte: CEPAL, 2019. No ano de 2019, os valores correspondem a projeções.

A pandemia do Covid-19 atinge a América Latina em um momento de profundas crises econômicas e políticas, assim como em uma crescente do número de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema. De acordo com analistas, seus efeitos econômicos e sociais podem ser devastadores e comparados apenas com a grande depressão de 1929<sup>2</sup>. Alguns dos efeitos esperados desta crise mundial na região serão refletidos no empobrecimento da população, na diminuição dos estratos médios e na ampliação dos estratos de pobreza e extrema pobreza.

Durante a pandemia, países latino-americanos vêm acumulando aumento nas taxas de abandono escolar, o que é um fator preocupante já que o acesso à educação se coloca como uma importante ferramenta de combate às desigualdades sociais e de prevenção ao trabalho infantil, além de pavimentar os caminhos para a construção de uma economia pujante, dinâmica e de desenvolvimento sustentável. Diversas pesquisas apontam que o abandono escolar está relacionado com maiores chances de desemprego (OREOPOULOS, 2007), de envolvimento com crimes (LOCHNERE; MORETTI, 2004), gravidez na adolescência (BLACK et al., 2004) e menores salários (OREOPOULOS, 2006), como articulados por Pereira (2016). Tais indicadores

<sup>2</sup> Para maiores informações, consultar o estudo desenvolvido pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-covid-19-levara-maior-contracao-atividade-economica-historia-regiao-caira-53>> Acesso em: 31/08/2020

se colocam como sérios entraves ao desenvolvimento econômico sustentável e ao acúmulo de capital humano.

O presente ensaio analisará os impactos nos índices educacionais e de pobreza causados pelos PCTRs aplicados pelo Brasil e México nas últimas duas décadas, bem como apresentará dados que posicionam o acesso à educação como um pilar importante para a recuperação econômica e a diminuição das desigualdades sociais no período pós-pandemia na América Latina. Brasil e México foram posicionados numa perspectiva comparada, uma vez que são os países mais populosos da América Latina acumulam altíssimos índices de concentração de renda, desigualdade social, baixa escolarização da população e são reconhecidos por terem sido pioneiros na implementação de PCTRs que obtiveram resultados positivos e que possuem uma longa trajetória de análise por cientistas sobre seus resultados. Somados, os dois países compreendem 53,6% da população e 63,4% do PIB da região (MORAES et al. 2018).

Os desenhos dos seus programas de transferência de renda, condicionalidades, impactos e resultados serão apresentados neste ensaio de maneira contrastiva, objetivando sua implementação e/ou ampliação em outros países da América Latina, endereçando o problema das desigualdades sociais que possuem uma tendência a se acirrar no período pós-pandemia e que ameaçam a recém trajetória de ampliação do acesso à educação, que foi conquistada nas últimas duas décadas por amplos estratos populacionais. Os PCTRs, portanto, podem ser colocados como uma ferramenta importante para a pavimentação de um caminho rumo a um desenvolvimento sustentável, como estabelecido pela Agenda 2030.

### **3. Análise**

Os Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs) destinam certa quantia monetária para famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres sob certas condições. As famílias se comprometem a cumprirem determinadas atitudes e podem ser desligadas do programa caso as descumpram. Em sua maioria, os programas possuem três pilares principais; a

transferência de renda direta, que tem o objetivo de gerar um alívio imediato da pobreza; programas complementares, que possuem o objetivo de criar oportunidades para a quebra do ciclo da pobreza, oferecendo capacitação técnica para os mais velhos, por exemplo; e condicionalidades, que são as regras que as famílias se comprometem a cumprir para sua manutenção no programa. Produções como as de Lício et al. (2011) exploram os desafios, limites e possibilidades dos dois primeiros pilares. Neste ensaio, o foco recai no terceiro pilar, das condicionalidades, que possuem impactos diretos nos indicadores de saúde e educação dos jovens das famílias beneficiadas

As condicionalidades estão atreladas aos âmbitos da saúde e da educação. Mulheres grávidas se comprometem a realizar o pré-natal, cumprir o calendário de vacinação das crianças e realizar consultas de rotina, objetivando o combate à desnutrição e às elevadas taxas de mortalidade infantil, em particular para mortes atribuíveis a causas relacionadas com a pobreza, como desnutrição e diarreia. No âmbito da educação, as famílias se comprometem a manter seus filhos matriculados e com uma frequência mínima de 85%.

Os PCTRs estão presentes em vinte países da América Latina e cobrem mais de 120 milhões de pessoas, o que equivale a 20% da população da região e a um custo que gira em torno de 0,4% do PIB regional (MORAES et al., 2018), além de já ter sido disseminado para outras regiões do mundo como a África e a Ásia. Seu apoio, investimento e reconhecimento da efetividade no combate à pobreza por instituições multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) explicam sua capilarização na região e em outras partes do mundo. Os programas são flexíveis, podem se adaptar às realidades de cada país que os implementam e já registraram efeitos positivos na educação, como o aumento da matrícula escolar, a diminuição da taxa de abandono e de repetência (NETO, 2010) e a saúde, sendo registradas diminuições na taxa de mortalidade infantil nos municípios em que os PCTRs foram aplicados (RASELLA et al., 2013). A seguir, serão apresentados os históricos, contextos de criação e resultados de dois programas condicionais de transferência de renda, o Programa Bolsa Família no Brasil e o Programa Prospera no México. Após a apresentação desses panoramas, serão discutidas as suas

similaridades, seus limites e possibilidades de ampliação no período pós-pandemia.

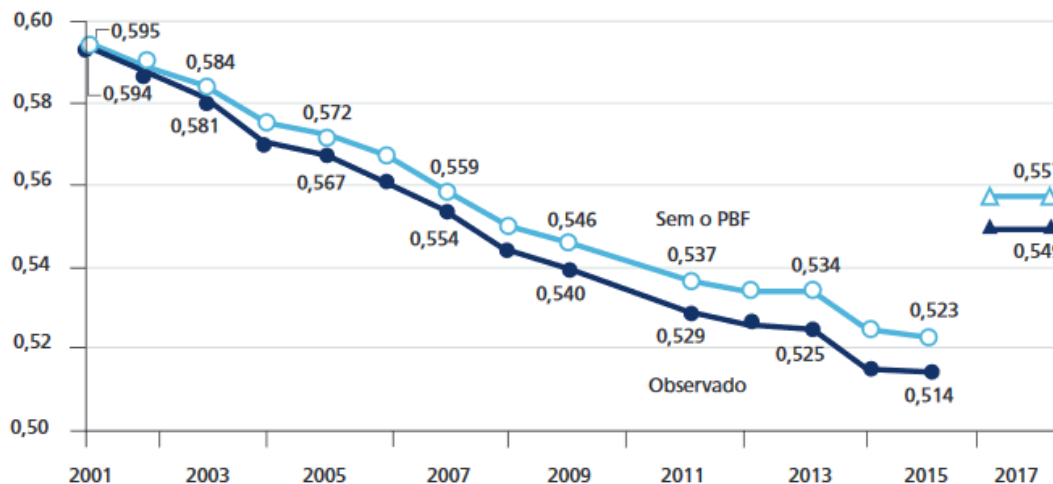
No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 com o objetivo de centralizar alguns programas descentralizados que haviam sido criados na década de 1990, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Desenvolvido em 1996, o PETI consistia numa transferência monetária para famílias de crianças de baixa renda que corriam o risco de abandonar a escola para trabalhar, a contrapartida era que as crianças não trabalhassem e obtivessem, no mínimo, 75% de frequência escolar. Este programa foi substituído pelo programa Bolsa Escola, em 2001. Nesse mesmo ano, o programa Bolsa Alimentação foi criado com o objetivo de combater a mortalidade infantil. As famílias recebiam o benefício monetário e se comprometiam a cumprir o calendário de vacinação das crianças e a realizarem o pré-natal, quando grávidas. Tais programas foram centralizados no PBF, em 2003, unindo a condicionalidade das crianças e jovens de frequentarem a escola e as condicionalidades de saúde. Vale destacar algumas outras iniciativas municipais do país que também pressionaram o governo federal a criar um programa de assistência social mais amplo. Em 1995, foram desenvolvidos dois programas que pretendiam combater as desigualdades sociais a partir de PCTRs. No Distrito Federal, foi criado o programa Bolsa Familiar para a Educação, que oferecia capacitação profissional para os pais, transferências mensais para a família condicionada à frequência de crianças no Ensino Médio e uma caderneta de poupança em que uma quantia era depositada anualmente, só podendo ser sacada pelo jovem ao final do Ensino Médio. No Município de Campinas, foi desenvolvido o programa Garantia de Renda Familiar Mínima, que também consistia em transferências mensais para famílias com crianças entre 0 e 14 anos em idade escolar. Além da corresponsabilidade de educação, também havia responsabilidades na área da saúde (SOARES, 2003).

De acordo com estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Programa Bolsa Família teve impactos



diretos na redução da pobreza e extrema pobreza, que se refletem na diminuição do Índice de Gini<sup>3</sup> no Brasil. Abaixo, um gráfico que realiza a comparação.

Gráfico 2: Coeficientes de Gini com e sem as transferências do PBF no Brasil (2001-2017).

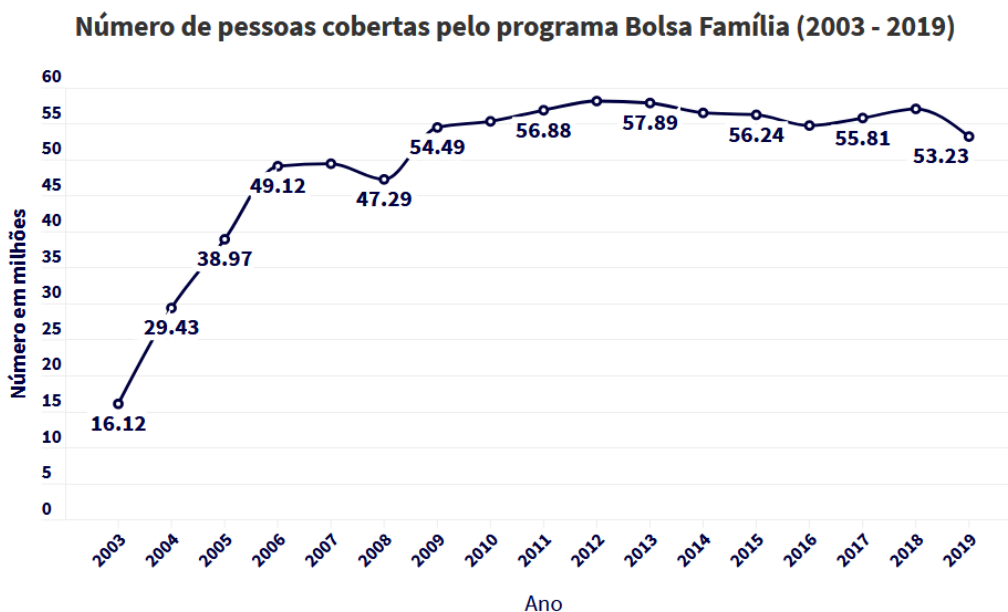


Fonte: Souza et al. (2019) a partir das PNADs (2001-2015) e PNADs Contínuas (2016-2017).

No início da série analisada, até o ano de 2004, fica evidente que os programas desenvolvidos anteriormente ao PBF tiveram pouco impacto no Índice de Gini. Depois desse período, a partir de 2004, com a sua implementação e ampliação para as famílias mais pobres do Brasil, o efeito torna-se bem claro e demonstra sua efetividade no combate às desigualdades de renda no Brasil (SOUZA et al., 2019). Entre os anos de 2015 e 2017, podemos notar um brusco aumento no índice de concentração de renda no país, que seria ainda maior se não fosse o PBF, fenômeno este que atingiu a região da América Latina como um todo, o que está exposto no Gráfico 1 deste ensaio.

<sup>3</sup>O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. (IPEA, 2004)

Gráfico 3: Número de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em milhões (2004-2019).



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Cepal, 2020.

O gráfico acima apresenta a evolução do número de pessoas beneficiadas pelo PBF. Fica clara a franca expansão do programa entre os anos de 2004, início do programa, até o ano de 2014. Entretanto, a partir de 2010, a curva entrou num platô e atingiu a média de 55 milhões de pessoas atendidas por ano, o que equivale a cerca de 28% da população do país. Esse é um dado que precisa ser analisado com mais profundidade, já que entre 2015 e 2019 o Brasil e a América Latina vivenciaram uma expansão dos estratos de pobreza e extrema pobreza, como apresentado anteriormente, o que pode demonstrar uma limitação do programa, seja orçamentária, estrutural ou política para abrigar essas novas pessoas que passaram a habitar ou que retornaram aos estratos de pobreza e extrema pobreza do país.

Diversas pesquisas desenvolvidas comprovaram que o PBF teve impactos positivos nos índices educacionais. Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação brasileiro concluiu que o PBF elevou em 3 pontos percentuais a frequência escolar das crianças com idade entre 6 e 16 anos em, refletindo numa redução de 36% do número de crianças fora da escola (JULIÃO

et CHEIN, 2015). Diminuindo o foco de análise e observando escolas do ensino fundamental, durante 8 anos(entre 1998 e 2005), Glewwe e Kassouf (2006) chegam à conclusão um aumento na taxa de matrícula ocorreu, em 5,5% em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% em escolas de 5ª a 8ª série, junto da diminuição na taxa de abandono de 0,5 pontos percentuais para crianças de 1ª a 4ª série e 0,4 pontos percentuais para 5ª a 8ª série. Além disso, os autores reportam um impacto positivo do Bolsa Família, no que diz respeito à taxa de aprovação com um efeito de 0,9 pontos percentuais para crianças de 1ª a 4ª série e 0,3 pontos percentuais para 5ª a 8ª série.

Desenvolvido no Distrito Federal, um aspecto do programa municipal que não foi implementado ao PBF é a transferência monetária direta aos jovens que concluem o Ensino Médio. Esta funciona da seguinte forma: o jovem que completar cada ano do Ensino Médio recebe uma determinada quantia e só poderá sacá-la integralmente quando concluir todos os anos; caso o jovem repita algum ano, ou desista, ele não recebe a quantia e é banido do programa. No Estado do Rio de Janeiro, um programa com essas regras foi implementado em 2011, chamado Renda Melhor Jovem, focalizando nos jovens de famílias atendidas pelo PBF. O pesquisador Vitor Pereira (2016) analisou os impactos desse programa nos índices de aprovação, repetência e defasagem entre idade-série, encontrando resultados positivos. O Programa foi responsável por aumentar em 9,5% a taxa de aprovação dos jovens beneficiários e por diminuir em 37% a taxa de abandono escolar. Vale destacar que apenas 5% das escolas do Estado do Rio de Janeiro possuíam mais de 30% de seus alunos beneficiados, o que indica alta taxa de sucesso.

Em 2016, no auge da crise econômica que assolou o Estado do Rio de Janeiro, o programa foi desativado. De acordo com Pereira (2016), a suposta economia de verbas com sua diminuição seria gasta nas taxas de repetência daqueles alunos, já que mais estudantes precisariam utilizar por mais tempo os recursos da educação pública. Este mesmo programa foi desenvolvido nos estados de Minas Gerais, com o nome de “Poupança Jovem”, e Piauí, com o nome de “Bolsa Mais Viver”. Atualmente, uma iniciativa similar está sendo implementada pelo

município de Niterói<sup>4</sup>, no Estado do Rio de Janeiro, e é focalizado em jovens beneficiários do PBF, apresentando as mesmas condicionalidades e benefícios anteriormente discutidos. Faz-se necessário destacar que a iniciativa de Niterói está ligada ao programa “Pacto contra a violência”. Na perspectiva do programa as taxas de violência serão diminuídas, ao desenvolver mecanismos para que os jovens da cidade concluam o Ensino Médio, o que vai de encontro com a literatura discutida neste ensaio.

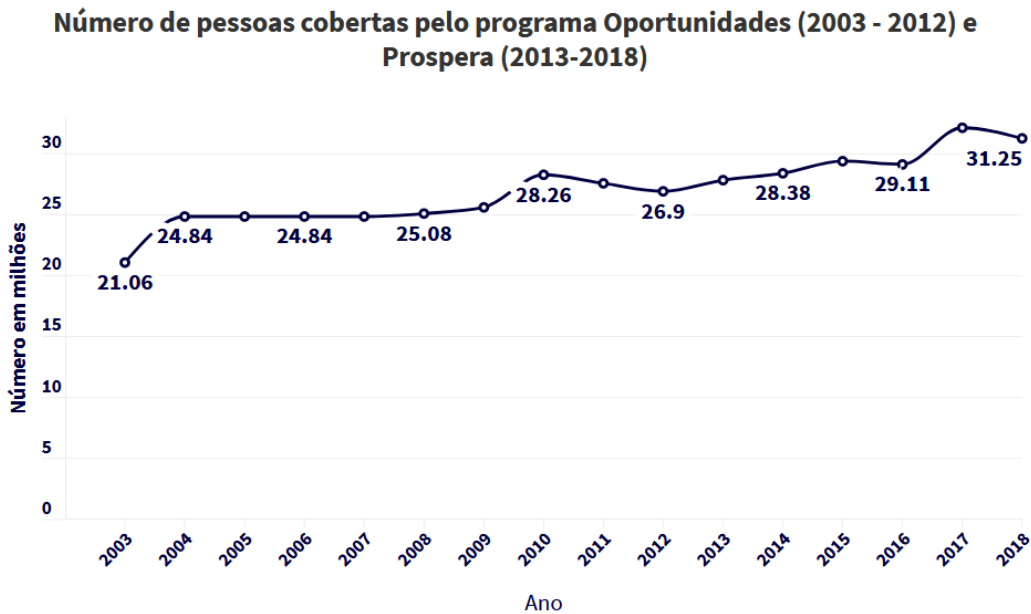
No México, o Programa Prospera foi criado em 2013 como forma de otimizar, ampliar e criar mecanismos de controle maiores do que Progresa (1997 – 2002) e o Oportunidades (2002 – 2014), seus antecessores. As condicionalidades são muito similares: as famílias se comprometem a cumprir o calendário de vacinação infantil, realizando o pré-natal, durante a gravidez, e mantendo os jovens e crianças na escola (MORAES et al. 2018). Um aspecto diferente entre o PBF e o Prospera é a transferência monetária direta para os jovens beneficiários do programa que cumprem as etapas educacionais até o ensino médio, similar ao programa Renda Melhor Jovem do Estado do Rio de Janeiro (Brasil).

Diferentemente do Brasil, o programa é financiado tanto pelo governo federal do México quanto pelo Banco Mundial. Assim com o PBF Brasileiro, o Prospera atingiu o ápice no ano de 2010, com uma média de 28 milhões de pessoas atendidas por ano, encerrando 2018 com uma máxima histórica de 31 milhões de pessoas atendidas, como apresenta o gráfico abaixo.

---

<sup>4</sup> Para maiores informações, consultar: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/projetos-de-prevencao/projeto-poupanca-escola/>> Acesso em: 15/08/2020

Gráfico 4: Número de pessoas beneficiadas pelo programa Oportunidades (2003 – 2012) e Prospera (2013 – 2018) em milhões.



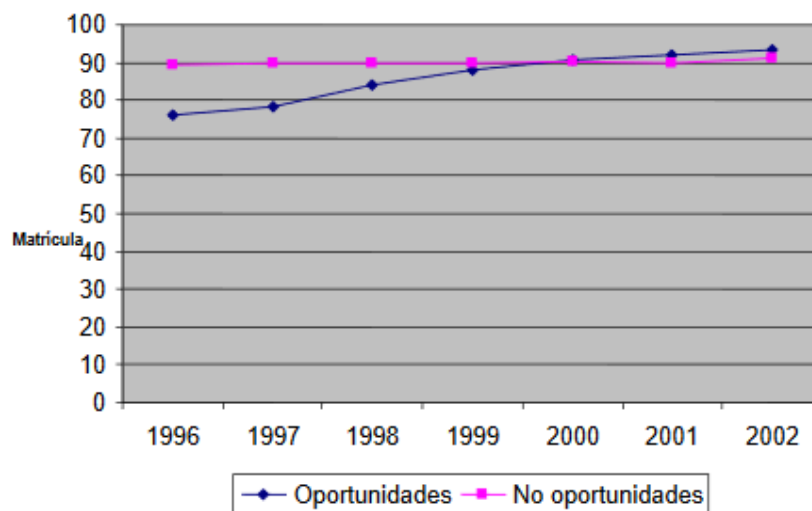
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Cepal, 2020.

Durante o franco desenvolvimento econômico da América Latina, o México continuou atendendo uma média de 24 milhões de pessoas por ano em seu programa. A partir de 2010, este número começa a apresentar tendência de aumento atingindo seu ápice em 2017, quando cobre cerca de 32 milhões de pessoas, o equivalente a cerca de 23% de sua população. Os dados de 2019 ainda não foram disponibilizados pela Comissão econômica para a América Latina, o que nos impede de analisar se, assim como o Brasil, não houve expansão do programa para atender aos estratos de pessoas expostas a pobreza e extrema pobreza

A literatura que analisa os impactos dos PCTRs implementados pelo México ao longo dos anos apresenta resultados positivos. De acordo com Gutiérrez (2016), ao analisar a diminuição do índice de Gini no país, verificou-se que os programas foram responsáveis por cerca de 11,5% da diminuição observada, o que reforça a tendência encontrada no Brasil, apresentada no gráfico 2. Chávez (2016) ao analisar o período entre 1992 e 2002, constata que

o PCTR foi responsável por aumentar a taxa de matrícula de jovens e colocá-los no mesmo patamar de escolas fora da área de atendimento do programa.

Gráfico 5: Porcentagem de jovens matriculados em comparação com escolas impactadas pelo programa.



Fonte: Chávez (2016)

O gráfico acima demonstra que, em um curto período de tempo, a taxa de matrícula nas escolas localizadas em territórios onde o programa foi implementado aumentou nos mesmos patamares das escolas em outros territórios. Demonstra-se, assim, a efetividade do programa na inserção de jovens nas escolas públicas do país.

Os programas apresentados tiveram um impacto positivo nos índices de pobreza, escolaridade e saúde dos países analisados. Os PCTRs analisados estão inseridos num contexto de profunda crise econômica e social que países latino-americanos enfrentaram na década de 1980. Ambos os países possuíam programas descentralizados e limitados, sendo forçados a ampliá-los e centralizá-los numa só ação capaz de congrega três pilares principais para a superação da pobreza intergeracional: I) Transferência de renda direta, II) programas complementares e III) condicionalidades. Ambos os programas registraram sucesso em sua implementação nos indicadores de pobreza e educação que foram analisados em profundidade neste ensaio. Estes programas

foram apresentados pois já possuem experiência e uma estrutura desenvolvida para lidar com estratos de pobreza e extrema pobreza em seus respectivos países. Com a pandemia do Covid-19 e a tendência de ampliação destes estratos de vulnerabilidade, as iniciativas podem ser remodeladas para conseguirem lidar adequadamente com esses novos-pobres, ou com pessoas que nos últimos anos conseguiram acessar os estratos de renda média e apresentam tendência de retorno aos estratos de pobreza. Discutirei tais dinâmicas a seguir.

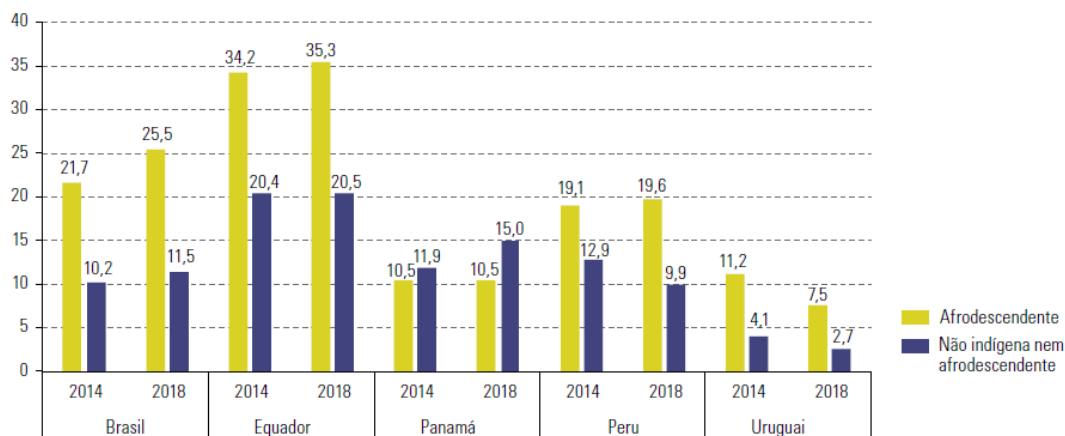
#### **4. Conclusões e recomendações**

A pandemia do Covid-19 atinge a América Latina num momento de acirramento das desigualdades sociais que começaram a ser combatidas no início do século. A partir de 2015, os indicadores de pobreza, que vinham acumulando baixas sucessivas desde os anos 2000, começam a aumentar novamente, expondo milhões de pessoas a pobreza e extrema pobreza. Antes da pandemia, a região já era reconhecida como uma das mais desiguais de todo o mundo e diversos países criaram Programas Condicionais de Transferência de Renda (PCTRs), reconhecidos como uma importante ferramenta de diminuição de desigualdades sociais por organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Neste ensaio, foram apresentados estudos que comprovaram a sua eficácia nos dois maiores países da região: Brasil e México.

A partir dos estudos apresentados, mostra-se evidente a centralidade desses programas para a diminuição dos índices de pobreza e extrema pobreza, de desigualdade de renda, na diminuição dos índices de mortalidade infantil e os impactos nos índices educacionais de ensino médio e fundamental, gerando menores chances de repetência, maiores taxas de comparecimento às aulas, diminuição do índice de defasagem entre idade-série além de colaborarem com a diminuição do trabalho infantil.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o final do auge das exportações de matérias primas e consequente desaceleração econômica marcaram o início do crescimento da pobreza e extrema pobreza a partir de 2015. Os países da região viram a recém-expansão dos seus estratos de classe média voltando à pobreza por conta de crises econômicas que expuseram fragilidades estruturais nessa ampliação dos estratos médios, além de baixo nível educacional, baixa qualidade de inserção no mercado de trabalho e baixa cobertura do sistema de previdência social (CEPAL, 2019). O impacto da desigualdade também é sentido desigualmente dentro de uma mesma sociedade, como o gráfico abaixo aponta para a diferença entre as taxas de pobreza entre indígenas e afrodescendentes e não-afrodescendentes/indígenas.

Gráfico 6: Países selecionados: taxas de pobreza segundo a condição racial, 2014 e 2018.



Fonte: Cepal, 2019.

Apresentadas acima, as desigualdades entre grupos representam um histórico de desigualdades entre grupos sociais na América Latina. A pandemia agudiza esses processos, de modo que em poucos meses já são registrados o fechamento de milhões de postos de trabalho em toda a região e o aumento dos estratos da população mais pobre. De acordo com a CEPAL, o caminho para a redução das desigualdades sociais, em toda a região, está assentado na mudança do modelo de desenvolvimento, superando a dependência da extração



de recursos naturais e gerando uma economia mais dinâmica e tecnológica. Neste sentido, a promoção do acesso à educação das populações latino-americanas se coloca como central na pavimentação do caminho para mudança do modelo de desenvolvimento econômico e para a promoção da igualdade social.

Numa economia global, a pobreza e extrema pobreza são ineficientes na cadeia produtiva, gerando baixa demanda agregada. Erradicá-las significa criar as bases para a sustentabilidade do crescimento econômico. A igualdade e criação de mecanismos como os PCTRs, que garantem o acesso à educação e saúde, aumentam a capacidade de obtenção de melhor aproveitamento das capacidades criativas e produtivas da população, ajudando a expandir a demanda agregada da produção. Além de ser ineficiente, a desigualdade representa um risco para a convivência democrática: o não-enfrentamento representam sérios riscos aos processos democráticos na América Latina, podendo legitimar saídas autoritárias para a crise, relacionadas com o histórico político da região.

A referida crise, que atinge todo o mundo, exigirá das sociedades um novo pacto social pautado no objetivo de erradicação da pobreza e no desenvolvimento de mecanismos que rompam com o ciclo geracional da mesma. Na região, um novo pacto social e fiscal é necessário para avançar rumo a uma “...nova equação entre o Estado, a Sociedade e o Mercado, numa lógica de igualdade e desenvolvimento sustentável.” (CEPAL, 2019. p.28). Os PCTRs apresentados neste ensaio obtiveram resultados positivos em suas implementações, mas precisam ser redesenhados no contexto pós-pandemia. Como são focados em estratos de pobreza e extrema-pobreza, esses programas podem servir de alívio apenas quando as famílias atingirem os estratos mais baixos de renda, o que dificulta suas retomadas aos estratos médios. A trajetória de decadência desses estratos precisa ser interrompida, antes que atinjam os níveis da pobreza – eis o desafio dos programas. Em termos de sustento desse novo desenho, faz-se necessário desenvolver modelos econométricos capazes de abarcar os novos-pobres, gerados pela pandemia.

A pandemia do Covid-19 expõe desigualdades históricas e deficiências estruturais nas sociedades latino-americanas. Se uma nova equação entre o

Estado, Sociedade e Mercado não for desenhada a tempo, poderemos atingir níveis de pobreza nunca antes vistos na região. O objetivo de erradicação da pobreza na América Latina, e abandono de um modelo de desenvolvimento assentado na extração de recursos naturais, tornar-se-á (ainda) mais distante. A educação e o desenvolvimento de sistemas sociais de proteção são necessárias, na retomada econômica da região, para frear a decadência de milhões de pessoas dos estratos médios para os estratos de pobreza e extrema pobreza. Por esse motivo, os PCTRs colocam-se como uma importante ferramenta na diminuição da desigualdade e escolarização da população. A educação, portanto, é uma ferramenta determinante para a superação das desigualdades duráveis e persistentes e que permitirá, aos países da América Latina, um sólido e durável crescimento econômico, fomentando, concomitantemente, a distribuição das riquezas, além de contribuir para a inovação econômica, superar a dependência extrativista econômica e consolidar uma cultura democrática e republicana.

## Referências Bibliográficas

AGUILAR-GUTIÉRREZ, Genaro. ¿ Por qué disminuyó la desigualdad en México? Análisis con los índices de Gini, Mehran y Piesch 2000-2012. **Economía, sociedad y territorio**, v. 16, n. 52, p. 557-590, 2016.

Barros, R. P. d. **A efetividade do salário mínimo em comparação à do programa bolsa família como instrumento de redução da pobreza e da desigualdade**. In 'Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente', Brasília: IPEA, 2007.

BLACK, S. E., DEVEREAUX, P. J., SALVANES, K. Fast Times at Ridgemont High? The Effect of Compulsory Schooling Laws on Teenage Births. NBER Working Papers, 10911, **National Bureau of Economic Research**, Inc, 2004.

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Programas de transferências condicionadas. Base de datos de programas de protección social no contributiva em América Latina y el Caribe**. Disponível on-line:<<https://dds.cepal.org/bpsnc/ptc>>. [acesso em 15/08/2020]

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Panorama social de América Latina**. Santiago do Chile: Cepal; 2019.

GLEWWE, Paul.; KASSOUF, Ana Lúcia. **O impacto do programa bolsa família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação**. In: SILVA, F. S. (Org.). I Prêmio e I Mostra Nacional de estudos sobre o Programa Bolsa Família. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social, p. 41-56, 2008. Disponível em: <<http://www.ipcundp.org> >. Acesso em: 31/08/2020

JULIÃO, Nayara Abreu; CHEIN, Flávia. Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família sobre a educação dos jovens. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, n. 1, p. 75-107, 2015.

OREOPOULOS, P. Do dropouts drop out too soon? wealth, health and happiness from compulsory schooling. **Journal of Public Economics** 91 (2007), 2213 /2229, 2007.

OREOPOULOS, P. Estimating average and local average treatment effects of education when compulsory schooling laws really matter. **American Economic Review** 96 (1), 152175, 2006.

PEREIRA, Vitor Azevedo. **From early childhood to high school: Three essays on the economics of education**. 2016. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

Lício EC, Mesquita CS, Curralero CRB. **Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família**. ERA [internet].2011 out [acesso em 15/08/2020]; 51(5):458–470.Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475902011000500004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475902011000500004&script=sci_abstract&tlng=pt)

LOCHNER, L., MORETTI, E.. The effect of education on crime: Evidence from prison inmates, arrests, and self-reports. **American Economic Review** 94 (1), 155189, 2004.

MORAES, Verena Duarte de; PITTHAN, Rachel Guimarães Vieira; MACHADO, Cristiani Vieira. Programas de Transferência de Renda com Condicionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 364-381, 2018.

NETO, Raul da Mota Silveira. **Impacto do programa Bolsa Família sobre a frequência à escola: Estimativas a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Governo Federal, p. 53, 2010.

RASELLA, Davide. **Impacto do Programa Bolsa Família e seu efeito conjunto com a Estratégia Saúde da Família sobre a mortalidade no Brasil**. 2013. Tese de Doutorado. UFBA.

SOARES, Fábio Veras. Para onde caminham os programas de transferência condicionadas? As experiências comparadas do Brasil, México, Chile e Uruguai. **Bolsa Família**, v. 2010, p. 173-200, Castro JA, Modesto L, organizadores. 2003.

FERREIRA DE SOUZA, Pedro HG et al. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

ZAVALA CHÁVEZ, Mauricio. **Oportunidades: impacto regional sobre la escolaridad de los beneficiários del Programa 1997-2002**. 2016. Tesis de maestría. Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2016. <http://hdl.handle.net/11651/654>